



12 DE MAIO DE 2016

Quinta-feira

- CLT PROÍBE ATIVIDADE INSALUBRE DURANTE GESTAÇÃO E LACTAÇÃO
- SENADO AFASTA DILMA DA PRESIDÊNCIA, E MICHEL TEMER ASSUME NESTA QUINTA
- COM VENDAS EM QUEDA, MONTADORAS TENTAM REVER BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS
- COM EXCEDENTE DE 2.000 OPERÁRIOS, MERCEDES ABRIRÁ PDV NESTE MÊS
- JUSTIÇA FEDERAL SUSPENDE REUNIÃO DO CONSELHO DA USIMINAS PREVISTA PARA 5A-FEIRA, DIZEM FONTES
- FMI: BRASIL É EXEMPLO DE COMO CORRUPÇÃO PODE DESESTABILIZAR SISTEMA POLÍTICO
- NISSAN COMPRARÁ 34% DA MITSUBISHI MOTORS POR US\$ 2,18 BI
- REPOSIÇÃO DE PNEUS PASSA A TER QUEDA E INDÚSTRIA REDUZ PRODUÇÃO EM 7,6%
- DÓLAR SOBE A R\$ 3,49, COM EXTERIOR, BC E CAUTELA COM NOVO GOVERNO; BOLSA CAI
- MOODY'S ALERTA QUE AFASTAMENTO DE DILMA NÃO ACABA COM INCERTEZA POLÍTICA
- PRIVATIZAR NÃO É SÓ GANHAR, É DEIXAR DE TER PREJUÍZO, DIZ EX-DIRETORA DO BNDES
- TRABALHADORES DA TRANSPETRO PODEM FAZER PRIMEIRA GREVE DO GOVERNO TEMER
- CUSTO GLOBAL DA CORRUPÇÃO CHEGA A R\$ 7 TRILHÕES, DIZ FMI
- EMPRESAS CONDICIONAM NOVOS APORTES A OBRAS NAS ESTRADAS
- GOVERNO PRETENDE TRIBUTAR 100% DO LUCRO DAS EMPRESAS
- EM UM ANO, 11,2 MIL DEMISSÕES NAS MONTADORAS
- CSN TEM PREJUÍZO LÍQUIDO DE R\$831 MI NO 1º TRI, DÍVIDA SOBE 33%

- VOLUME DE SERVIÇOS PRESTADOS CAI 5,9% EM MARÇO ANTE MARÇO DE 2015, DIZ IBGE
- EM MINAS, QUATRO EMPRESAS DECRETAM FALÊNCIA A CADA HORA
- FÁBRICA DA VW EM SÃO CARLOS COMEMORA 300 MIL MOTORES EA211
- O GRUPO PSA E A DONGFENG MOTORS ASSINAM DOIS NOVOS ACORDOS
- PRODUTIVIDADE AINDA MENOR: EFICIÊNCIA DO TRABALHO NO BRASIL CAI 3%
- CNI APOSTA NAS PRIVATIZAÇÕES PARA RESOLVER PROBLEMAS DE INFRAESTRUTURA
- CRISE PODE SER O MOMENTO CERTO PARA UMA GUINADA PROFISSIONAL
- PARA RHODIA, É HORA DE INVESTIR EM TECNOLOGIA
- COM MUNDO DE OLHO, SIDERÚRGICAS CHINESAS ARRISCAM RETOMADA DE PRODUÇÃO

CÂMBIO EM 12/05/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,493	3,493
Euro	3,976	3,976

Fonte: BACEN

CLT proíbe atividade insalubre durante gestação e lactação

12/05/2016 - Fonte: COAD

Foi publicada na Edição Extra, do Diário Oficial da União de ontem, 11/5, a Lei 13.287/2016, que acrescenta o artigo 394-A à CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, determinando que a empregada gestante ou lactante seja afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres, devendo exercer suas atividades em local salubre.

A norma é oriunda do Projeto de Lei 76/2014 do deputado Sandes Júnior (PP-GO), para quem o alcance social da medida é enorme, já que o trabalho em ambiente insalubre é prejudicial não só para as trabalhadoras, mas principalmente para o feto.

Senado afasta Dilma da Presidência, e Michel Temer assume nesta quinta

12/05/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo



O Senado decidiu afastar do cargo a presidente Dilma Rousseff (PT), 68. É a segunda chefe de Estado a enfrentar formalmente um processo de impeachment desde a redemocratização, 24 anos após Fernando Collor. O vice Michel Temer (PMDB), 75, deve assumir seu lugar interinamente nesta quinta (12). Será a 41ª pessoa a ocupar o cargo de presidente da República.

A decisão foi tomada às 6h30, após uma sessão de quase 21 horas no plenário do Senado.

Com 78 senadores presentes, 55 votaram contra Dilma e 22 a favor, com 0 abstenções. Era preciso maioria simples (ou seja, a maioria dos senadores presentes, mais um) para que o pedido fosse aceito.

Agora, o Senado terá até 180 dias para julgar o mérito da acusação contra a presidente.

Se o placar desta votação for repetido quando o Senado julgar o mérito da acusação contra a presidente, em até 180 dias, chegará ao fim definitivo desta era do PT no poder, iniciada com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003. Isso porque são necessários, nesta etapa, 54 votos para Dilma perder o mandato presidencial.

A presidente é acusada de editar decretos de créditos suplementares sem aval do Congresso e de usar verba de bancos federais em programas do Tesouro, as chamadas "pedaladas fiscais". Sua defesa entende que não há elementos para o afastamento.

"Temos indícios suficientes para a abertura do processo", disse o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), relator do caso no Senado, durante a sessão que começou às 10h de quarta-feira (11).

Responsável pela defesa da presidente, o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, rebateu: "Não existe crime de responsabilidade caracterizado neste processo".

No plenário, enquanto a sessão ocorria, discutia-se já os próximos passos do caso, como a visita, provavelmente na tarde de quinta, do presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Ricardo Lewandowski, para assumir a condução jurídica do processo.

A reunião deve contar com a presença do presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), do senador Raimundo Lira (PMDB-PB), presidente da comissão especial do impeachment no Senado, e de líderes partidários.

Após ser notificada, Dilma deve cumprimentar militantes do PT e de movimentos sociais que estarão em frente ao Planalto e sair em comboio em direção ao Palácio da Alvorada. No período de afastamento, ela mantém alguns de seus benefícios, como poder morar no Alvorada.

A previsão é que a presidente seja notificada da decisão às 10h, e Temer, às 11h; a partir daí, ele será presidente interino do Brasil, até a decisão final do Senado sobre o impedimento.

SESSÃO SEM EMBATES

Senadores aliados do governo e da oposição protagonizaram uma sessão cansativa e pouco eletrizante, ao contrário do embate travado na Câmara, no dia 17 de abril. Considerando os intervalos, foram quase 20 horas de discursos.

Um dos dos raros momentos de silêncio no plenário foi durante o discurso do senador Fernando Collor (PTC-AL), alvo de impeachment em 1992.

Ele afirmou que alertou o governo sobre a possibilidade de afastamento de Dilma, mas ela fez "ouvidos de mercador". "Coloquei-me à disposição, ouvidos de mercador. Desconsideram minhas ponderações. Relegaram minha experiência. A autossuficiência pairava sobre a razão", afirmou.

Após a fala de Collor, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou que o governo, com a repetição de erros que cometeu, "perdeu a centralidade da nação".

'Perdeu a defesa do interesse nacional. Nós deixamos de fazer aqui, ao longo dos anos, o aperfeiçoamento institucional, inclusive mudando essa lei, fazendo a reforma política e demonstrando, sobretudo, o quanto é difícil esse processo de construção democrática", disse.

Com o resultado praticamente definido antes da votação, integrantes da base governista já jogavam a toalha sobre o afastamento da petista do cargo. "Vou estar amanhã (quinta), junto com a presidenta Dilma, na saída, certamente. É um jogo de carta marcada. O Senado está escrevendo uma das páginas mais tristes dos seus 190 anos", disse da tribuna o senador Jorge Viana (PT-AC), vice-presidente do Senado.

Com o discurso mais aplaudido pelos opositores, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) criticou a condução da política econômica do governo petista. "O desequilíbrio das finanças públicas gera instabilidade no país, que faz com que os investimentos deixem de vir e o desemprego passe a florescer", afirmou o tucano, derrotado por Dilma na eleição presidencial de 2014.

NOVO GABINETE

Temer passou as últimas semanas montando seu gabinete, com idas e vindas devido a críticas de setores do empresariado e da sociedade civil, além de dificuldades para acomodar os aliados dos quais precisará para tocar sua agenda no Congresso.

Na sua última forma, o homem forte da economia deverá ser Henrique Meirelles, na Fazenda, e a Esplanada poderá sofrer um corte de 32 para 22 pastas.

O grupo do peemedebista calcula que Temer terá cerca de 60 dias para estabilizar-se politicamente e para encaminhar medidas emergenciais econômicas no Congresso. Se bem sucedido, a absolvição política de Dilma é virtualmente impossível.

Dilma, Lula e o PT acusam Temer abertamente de ser golpista e conspirador, já que a abertura do impeachment foi conduzida por seu correligionário Eduardo Cunha (RJ) na Câmara.

JULGAMENTO

Durante os seis meses máximos de afastamento, Dilma será julgada pela acusação de ter autorizado créditos orçamentários sem amparo legal e de ter promovido as chamadas pedaladas fiscais -manobras que utilizaram recursos de bancos oficiais de forma indevida, que custaram em 2015 R\$ 72,4 bilhões para serem quitadas.

Os senadores aprovaram o relatório condenatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), aliado do adversário derrotado por Dilma em 2014, o também senador e presidente tucano Aécio Neves (MG).

O Planalto nega que as acusações constituam crime de responsabilidade. Anastasia considera que as infrações se encaixam nas definições da lei do impeachment, de 1950.

Dilma tentou até a última hora retardar e anular o processo. O governo entrou com ação no Supremo Tribunal Federal para tentar derrubar o processo, mas o pedido foi negado.

Antes, na segunda (9), o presidente interino da Câmara, Waldir Maranhão, tentou cancelar a sessão que admitiu o processo de impeachment, em 17 de abril, manobra coordenada pelo Planalto que foi abandonada após ser rejeitada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Renan, que foi aliado de Dilma até os estertores de sua gestão, não votou na sessão. Três senadores se ausentaram: Jader Barbalho (PMDB-PA), em tratamento médico, e Eduardo Braga (PMDB-AM), de licença, e o empresário Pedro Chaves (PSC-MS), suplente de Delcídio do Amaral (ex-PT-MS), cassado na terça (10). Chaves ainda não foi empossado.

COLLOR

Afastada, Dilma segue o caminho de Collor (PTC-AL). Em 1992, o alagoano teve o impeachment aprovado na Câmara e Senado, e renunciou enquanto era julgado já afastado. Em 1999, o tucano Fernando Henrique Cardoso escapou da abertura do processo na Câmara.

Desde a era Vargas (1930-45), três presidentes eleitos pelo voto popular não terminaram seus mandatos. O próprio Getúlio, que se matou em 1954 em meio a uma crise política; Jânio Quadros, que renunciou no mesmo ano em que tomou posse (1961); e Collor. João Goulart, que foi eleito vice de Jânio e depois empossado na Presidência, acabou derrubado por um golpe militar em 1964.

Com Temer, o PMDB chega pela terceira vez ao poder desde a redemocratização, nunca pelo voto direto -foi antecedido por José Sarney (1985-1990) e Itamar Franco (1992-1994).

Com vendas em queda, montadoras tentam rever benefícios de empregados

12/05/2016 - Fonte: R7

Com a drástica queda nas vendas de veículos, que em quatro anos despencaram de 3,8 milhões de unidades para esperadas 2 milhões de unidades neste ano, as montadoras aproveitam para rever benefícios há tempos concedidos aos funcionários, sempre tidos como os mais bem pagos na indústria. Também tentam ajustar o quadro de trabalhadores em fábricas que operam com metade da capacidade produtiva.

Só em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, onde estão cinco das maiores fabricantes do País, há 4.170 funcionários declarados ociosos pela Ford, Mercedes-Benz e Volkswagen. A Volvo, de Curitiba (PR), fala em 400 excedentes em seu quadro.

Desde o ano passado, grande parte das montadoras não integrou o reajuste pela inflação aos salários. Aumento real é raro. A Participação nos Lucros e Resultados (PLR) vem caindo, acompanhando o desempenho das empresas.

A Volvo, que em 2013 pagou R\$ 30 mil em PLR aos funcionários, no ano passado entregou R\$ 12 mil e, este ano, quer que os trabalhadores abram mão de R\$ 5 mil, mesmo antes de ter negociado o valor a ser pago.

"Podemos até negociar esse e outros itens, mas desde que não ocorram demissões", diz o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba, Nelson Silva de Souza. "Ocorre que a empresa quer reduzir benefícios e ainda cortar 409 vagas."

Na quarta-feira, a fábrica de caminhões e ônibus ficou parada pelo segundo dia seguido, em razão de protesto dos trabalhadores.

Estabilidade

Outro item que já aparece nas demandas de ao menos duas montadoras - Ford e General Motors, e também já citado pela Toyota - é o fim da estabilidade para trabalhadores com doenças profissionais. "Seria um grande retrocesso", diz o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques.

Até os mecanismos adotados em períodos de crise, como o lay-off (suspensão de contratos de trabalho) e o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) - defendido no governo por empresas e sindicatos - devem ser deixados de lado. Ford e Mercedes-Benz já declararam intenção de não renová-los.

"Não vamos aceitar que as empresas façam uma sangria, até porque há sinais de que o mercado vai se recuperar a partir de 2017", afirma Marques. Ele afirma entender que a situação atual é grave, mas acha possível administrá-la com mecanismos como PPE, lay-off e PDVs (programas de demissão voluntária). "Mas, se as empresas insistirem (em cortes), o conflito será grande."

A Mercedes, que afirma ter 2 mil excedentes na fábrica do ABC, vai anunciar nos próximos dias novo plano de PDV e colocará mais um grupo de trabalhadores em licença remunerada por tempo indeterminado. A empresa já tem mais de mil operários em dispensa desde fevereiro.

O PPE, que estabelece redução de jornada e salários em 20% para 8 mil trabalhadores se encerra no fim do mês e, como não será renovado, eles voltarão a trabalhar cinco dias por semana. Hoje, trabalham quatro.

Recentemente, a Toyota apresentou ao Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas pauta que inclui a contratação de trabalhadores temporários para a fábrica de Indaiatuba (SP) com piso salarial de R\$ 1.870, embora para os contratados seja de R\$ 2.194. Hoje, a unidade opera com horas extras.

A Toyota também quer aumentar o valor pago pelos trabalhadores para o vale-transporte e o vale-refeição e adotar a co-participação no convênio médico (o funcionário paga parte das consultas e exames).

"Só esses três itens representam R\$ 350 a menos no salário do trabalhador", afirma o presidente do sindicato, Sidalino Orsi Júnior.

Ford, Mercedes-Benz e Volvo confirmam que estão negociando com as entidades sindicais a flexibilização das relações trabalhistas e formas de compensação para manutenção do nível de empregos, mas não dão detalhes das propostas. A Volkswagen e a Toyota não comentaram o assunto.

Com excedente de 2.000 operários, Mercedes abrirá PDV neste mês

12/05/2016 - Fonte: DGABC



A Mercedes-Benz informou ontem aos seus 9.800 trabalhadores de sua sede, em São Bernardo, que abrirá PDV (Programa de Demissão Voluntária) até o fim do mês. O objetivo da montadora é reduzir o excedente de empregados na unidade, que é de 2.000 pessoas, ou seja, 20,4% do total.

O programa de demissão voluntária ainda não teve suas condições definidas, que devem ser divulgadas nos próximos dias. Porém, em comunicado exposto no interior da fábrica, ao qual o Diário teve acesso, é dito que horistas e mensalistas terão condições especiais, e que colaboradores compatíveis – com doença profissional – serão submetidos às mesmas regras do pacote anterior.

O último PDV foi aberto em julho de 2015 – o terceiro daquele ano –, e o objetivo era o mesmo, reduzir o excedente de 2.000 trabalhadores. Porém, à época foram contabilizadas apenas 40 adesões.

Ao grupo dos funcionários que possui restrição médica foi oferecida avaliação caso a caso, já que, por acordo coletivo da categoria, eles têm estabilidade. Aos demais, a proposta era de 50% do valor do salário por ano de atuação na companhia, limitado ao teto de R\$ 65 mil, além dos direitos trabalhistas pagos na rescisão.

O comunicado, assinado pelo presidente da Mercedes, Philipp Schiemer, diz que a companhia vem sentindo, desde 2013, o impacto da redução drástica nos volumes de venda e produção.

E que, de janeiro a abril, o desempenho de veículos comerciais foi ainda mais dramático. “Chegamos ao patamar de produção de 1984 e ao pior resultado de vendas desde 1999. Estamos voltando no tempo.”

O texto diz que a montadora tem capacidade técnica de produzir 80 mil veículos, enquanto as vendas totais no País não devem superar a previsão de 70 mil unidades em 2016. “Isso quer dizer que só a capacidade produtiva da Mercedes é superior à demanda total do mercado brasileiro.”

Nos últimos três anos, a companhia lançou mão de banco de horas, semanas curtas, férias coletivas, licença remunerada, PDVs e lay-offs (suspensão temporária de contrato). E, ainda assim, tem ociosidade perto de 50% e excedente de 2.000 funcionários.

“Tendo em vista que a empresa não tem mais capacidade de suportar esse excesso de pessoal, já que não há sinais de retomada da economia em patamares sustentáveis e que as alternativas de flexibilidade já foram esgotadas, decidimos lançar novo PDV como alternativa voluntária e mais benéfica para redução de nosso efetivo de pessoal”.

Ainda, há pedido de desculpas: “Lamentamos que, mesmo após tantos esforços nos últimos anos, ainda tenhamos que adotar novas medidas de redução de pessoas para garantir a sobrevivência do nosso negócio diante de uma crise política e econômica sem precedentes na história do Brasil.”

O comunicado aponta ainda que o acordo vigente de PPE (Programa de Proteção ao Emprego), em especial a cláusula de estabilidade, que se encerra em 31 de agosto, será respeitado em sua totalidade, porém, não será renovado. A redução da jornada de trabalho (em 20%) e salários (em 10%) será mantida até 31 de maio. A Mercedes foi a primeira empresa do País a assinar a adesão ao programa, em setembro do ano passado.

Diante dessa decisão, novo grupo será colocado em licença remunerada, cujo efetivo e volume ainda não foram definidos. Os envolvidos serão informados ainda neste mês. Atualmente, mais de 1.000 empregados estão afastados. Procurada, a empresa confirmou as informações mencionadas.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC disse que, embora tenha conhecimento do comunicado, reconhece que PDV e licença remunerada não necessitam de negociação com a entidade, mas considera as medidas unilaterais.

O sindicato afirmou que insiste no diálogo para que o PPE seja prorrogado – ou outra ferramenta que proteja o emprego, e que não admite que haja demissões. No entanto, ainda não iniciou negociações com a companhia.

Justiça Federal suspende reunião do Conselho da Usiminas prevista para 5ª-feira, dizem fontes

12/05/2016 - Fonte: R7

A Justiça Federal decidiu suspender a reunião do Conselho de Administração da Usiminas prevista para quinta-feira e que tinha na pauta a escolha de uma nova diretoria para a produtora de aços planos, afirmaram duas fontes com conhecimento do assunto nesta quarta-feira.

A decisão ocorreu porque a justiça afirmou que precisa de mais tempo para avaliar processos abertos nesta semana por Nippon Steel, Ternium e pela própria Usiminas contra representantes da rival CSN eleitos para o Conselho da siderúrgica mineira, afirmaram as fontes, que falaram sob condição de anonimato.

FMI: Brasil é exemplo de como corrupção pode desestabilizar sistema político

12/05/2016 - Fonte: R7



Os escândalos recentes de corrupção no Brasil ilustram como as investigações sobre o desvio de dinheiro público podem desestabilizar o sistema político de um país, afirma um estudo do FMI (Fundo Monetário Internacional) divulgado nesta quarta-feira (11).

Uma das consequências da corrupção, quando é sistêmica, é que ela pode desencadear instabilidade política e afetar o crescimento econômico de um país, conclui a análise. O estudo usa o Brasil e a Guatemala como exemplos das consequências da corrupção para a política.

Neste último país, o presidente e o vice-presidente eleitos caíram em 2015 após a descoberta de um escândalo envolvendo desvio de recursos arrecadados com impostos.

Esse ambiente aumenta a incerteza dos consumidores e investidores, com impacto negativo na confiança e conseqüentemente nas decisões de gastos em consumo e investimento.

No Brasil, além da instabilidade política, a corrupção vem tendo outras conseqüências e contribuiu também para o aumento dos custos para tomar recursos no mercado internacional, de acordo com o estudo.

Ou seja, fica mais difícil e caro para empresas e governos captarem dinheiro no exterior.

"Indícios de corrupção na Petrobras contribuíram para uma série de downgrades de crédito do Brasil pelas três principais empresas globais de classificação de crédito", afirma o relatório do FMI.

Países com alto nível de corrupção tendem a ter maior risco de default, elevando assim os custos de crédito.

Uma das principais conclusões do relatório do FMI é que a corrupção reduz o crescimento econômico e o desenvolvimento de um país. Além disso, tem custos altos para a sociedade.

O estudo cita recentes estimativas que apontam que somente em propinas são pagos algo entre US\$ 1,5 trilhão a US\$ 2 trilhões por ano nos países em desenvolvimento e avançados.

"Enquanto os custos econômicos diretos da corrupção são bem conhecidos, os custos indiretos podem ser ainda mais substanciais e danosos, levando a baixo crescimento e mais desigualdade de renda", afirma a diretora-gerente do FMI, Christine Lagarde, em um texto divulgado junto com o relatório.

Ao combater a corrupção, os países podem aumentar a estabilidade econômica e estimular a expansão da atividade, de acordo com o FMI. "Os governos ao redor do mundo enfrentam o desafio de resolver as crescentes preocupações dos cidadãos sobre a elevada corrupção, como evidenciado por recentes escândalos em muitos países."

O estudo do FMI lista uma série de conseqüências da corrupção para a atividade econômica. Uma delas é que essas práticas aumentam a evasão de impostos, o que dificulta a arrecadação dos governos e a capacidade de desempenhar funções públicas básicas.

Outra conseqüência é que ao inflar custos de obras públicas, a corrupção reduz a qualidade e a quantidade do gasto público.

A corrupção também ameaça a estabilidade do setor financeiro. Os bancos, por exemplo, podem ter dificuldades em reaver recursos emprestados para empresas envolvidas em escândalos de corrupção.

Para lidar com a corrupção, o FMI faz uma série de recomendações aos governos. Transparência é a principal delas. "Os países precisam adotar padrões internacionais na transparência fiscal e financeira."

Para assegurar o cumprimento da lei, o estudo ressalta que é preciso ter uma ameaça confiável de que quem comete irregularidades será punido.

Um arcabouço jurídico claro é necessário, mas é preciso evitar excesso de regulamentação, afirma o FMI.

O Brasil é citado, junto com Grécia e Hungria, como país que tem regulação e burocracia além do necessário, o que não contribui para a melhora do ambiente de negócios.

Nissan comprará 34% da Mitsubishi Motors por US\$ 2,18 bi

12/05/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo

A montadora japonesa de automóveis Nissan vai adquirir, mediante um aumento de capital, 34% da Mitsubishi Motors, empresa mergulhada em um escândalo de fraude, revelam documentos oficiais publicados nesta quinta-feira (12).

Em documentos transmitidos à Agência de Serviços Financeiros (FSA) e consultados pela AFP, a Mitsubishi Motors explica que emitirá para a Nissan 506,6 milhões de ações ordinárias, ao preço de 468,52 ienes a unidade, totalizando 237,360 bilhões de ienes (US\$ 2,18 bilhões).

Reposição de pneus passa a ter queda e indústria reduz produção em 7,6%

12/05/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo

As vendas de pneus para reposição, que até então haviam segurado a queda da indústria, passaram a ter retração no primeiro trimestre deste ano, segundo a Anip (associação do setor).

Nos três primeiros meses de 2016, foram 11 milhões de unidades vendidas, uma redução de 1,8% em relação ao mesmo período do ano passado. Em toneladas, a diminuição foi de 0,9%.

Com a alta do dólar, a indústria nacional vinha ganhando participação, mas não resistiu à piora da economia, segundo o presidente da entidade, Alberto Mayer.

O segmento de pneus para motocicletas, cujas vendas para reposição caíram 15%, é especialmente preocupante, diz ele. "Tudo indica que esse mercado tenha migrado para a informalidade."

A comercialização total da indústria teve retração de 3% em unidades -em toneladas, a queda foi de 7,9%, puxada pelo desempenho fraco nas vendas de veículos de carga.

Seguindo a tendência dos últimos meses, as vendas às montadoras apresentaram o pior desempenho -a queda foi de 27,8%, em unidades, e de 40,6%, em toneladas.

As exportações deram um fôlego extra à indústria, com um aumento de 26,4% no primeiro trimestre.

Ainda assim, a produção total caiu 7,6%, e chegou ao pior nível trimestral desde o fim de 2014, com 16,6 milhões de unidades.

A previsão para os próximos meses é que o resultado do setor continue negativo, segundo Mayer.

ESPAÇO EXTRA

A maioria das empresas de locação de box para autoarmazenagem do país não está em condições de fazer aportes, segundo a Asbrass (associação do setor).

"O setor sente a crise. Quem lidera a expansão são as ligadas a estrangeiros", diz Flavio del Soldato Júnior, presidente da entidade.

Associada a três fundos internacionais, a Guarde Aqui pretende investir R\$ 120 milhões neste ano com o aumento do número de unidades e a consolidação do conceito no país.

O montante servirá para a abertura de unidades -uma no Rio de Janeiro e duas em São Paulo- e a compra de imóveis para futuras inaugurações no ABC, Curitiba, no Rio e em Belo Horizonte.

"É um mercado muito novo no Brasil e que deve crescer. Até nossa escolha de localização, em avenidas movimentadas, para criar uma cultura de 'self storage'", diz o presidente, Allan Paiotti.

As companhias do setor, geralmente regionais, oferecem boxes individuais de vários tamanhos e aluguel mensal. A locação é mais comum por "acumuladores" sem espaço em casa ou empresas sem estoque.

12 UNIDADES

tem a Guarde Aqui no país

80 MIL M²

é o total de área locável

Dólar sobe a R\$ 3,49, com exterior, BC e cautela com novo governo; Bolsa cai

12/05/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo

Com o afastamento da presidente Dilma Rousseff, conforme esperado pelo mercado, os investidores agora concentram suas atenções no novo ministério e nos primeiros anúncios do interino Michel Temer.

Após duas sessões em queda, o dólar sobe ante o real nesta quinta-feira (12), para o patamar de R\$ 3,49. Além da cautela em relação aos primeiros passos do novo governo, a queda dos preços do petróleo no mercado internacional e a atuação do Banco Central no mercado de câmbio impulsionam a moeda americana.

O Ibovespa chegou a subir mais de 1% no início do pregão, mas perdeu fôlego, passando a operar em baixa, também acompanhando o cenário externo.

Os juros futuros e o CDS (credit default swap) sobem, depois de caírem nas duas sessões anteriores, também em compasso de espera pelas primeiras medidas de Temer como presidente interino.

CÂMBIO

O dólar à vista avançava há pouco 0,70%, para R\$ 3,4924, enquanto o dólar comercial ganhava 1,27%, a R\$ 3,4910. A moeda americana também avançava frente a boa parte das moedas globais.

Pela manhã, o Banco Central ofertou 20.000 contratos de swap cambial reverso, equivalente à compra futura de dólares pela autoridade monetária. Todos os contratos foram leiloados, totalizando US\$ 1 bilhão.

Cleber Alessie, operador de câmbio da corretora H.Commmcor, avalia que, além da ação do BC e da queda das commodities, a alta do dólar nesta sessão reflete a cautela de investidores em relação ao rumo da economia brasileira.

"O mercado aguarda os primeiros anúncios de Michel Temer, em especial em relação à questão fiscal, ou seja, ao corte de gastos públicos", comenta.

Alessie destaca que a queda do dólar nos últimos meses se deveu às expectativas de saída da presidente Dilma Rousseff e, agora, o fato está concretizado. "O movimento

do mercado de câmbio nesta quinta-feira mostra o quão precificado estava o impeachment, embora o placar elástico no Senado [55 a 22] tenha surpreendido."

A cautela de investidores também aparece no comportamento do mercado de juros futuros e do CDS, espécie de seguro contra calote e indicador da percepção de risco do país.

O contrato de DI para janeiro de 2017 subia há pouco de 13,600% para 13,615%, enquanto o DI para janeiro de 2021 avançava de 12,260% para 12,320%.

O CDS ganhava 1,37%, para 331,646 pontos.

BOLSA

O Ibovespa caía 0,29%, aos 52.610,01 pontos.

As ações da Petrobras recuavam 1,95%, a R\$ 10,05, e as ON, -1,23%, a R\$ 12,75.

Os papéis eram influenciados pelo recuo do petróleo. Em Londres, o petróleo Brent recuava 0,23%, a US\$ 47,49 o barril; nos EUA, o WTI perdia 0,32%, a US\$ 46,08.

O mercado também aguarda a divulgação do balanço do primeiro trimestre da estatal petrolífera, na noite desta quinta-feira.

Os papéis PNA da Vale recuavam 2,76%, a R\$ 12,66, e os ON, -3,32%, a R\$ 15,41, afetados pelo recuo do minério de ferro na China.

No setor financeiro, Banco do Brasil ON caía 4,68%, após o banco anunciar queda de 60% no lucro do primeiro trimestre deste ano sobre o mesmo período de 2015. Itaú Unibanco PN perdia 0,61%; Bradesco PN, -1,00%; Santander unit, -1,57%; e BM&FBovespa ON, +0,28%.

EXTERIOR

A queda do petróleo Brent também pressiona as Bolsas no exterior.

Na Bolsa de Nova York, o índice S&P 500 recuava 0,34%; o Dow Jones, -0,25% e o Nasdaq, -0,80%, este último afetado pela queda das ações da Apple.

Na Europa, a Bolsa de Londres perdia 0,71%; Paris, -0,22%; Frankfurt, -0,90%; Madri, +0,15%; e Milão, -0,13%.

Na Ásia, o índice Nikkei da Bolsa de Tóquio subiu 0,41% e o índice CSI 300, que reúne as maiores companhias listadas em Xangai e Shenzhen, avançou 0,24%.

Moody's alerta que afastamento de Dilma não acaba com incerteza política

12/05/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo

A agência de classificação de risco Moody's alertou nesta quinta-feira (12) que a votação no Senado que levou ao afastamento da presidente Dilma Rousseff não vai erradicar a incerteza política no país.

"Como tal, o impeachment da presidente Dilma Rousseff não altera nossa visão sobre as perspectivas de crédito e o atual ambiente permanece consistente com o rating 'Ba2' (do Brasil) e com perspectiva negativa atribuídos em fevereiro", afirmou a analista sênior para ratings soberanos da Moody's Samar Maziad em nota.

O Senado aprovou nesta quinta-feira a abertura do processo de impeachment contra Dilma, que será agora afastada da Presidência da República por até 180 dias.

O aval para andamento do processo foi dado por 55 votos a favor e 22 contra, e agora o vice-presidente Michel Temer, do PMDB, assume interinamente a Presidência.

A analista sênior da Moody's destacou que o Brasil ainda enfrenta a necessidade de reverter a atual contração econômica e de alcançar consolidação fiscal significativa. "O Brasil continua enfrentando desafios significativos do ponto de vista do crédito", completou ela.

Privatizar não é só ganhar, é deixar de ter prejuízo, diz ex-diretora do BNDES

12/05/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo



Antes mesmo de chegar à Presidência, assessores de Michel Temer já anunciaram que o plano do PMDB é deslançar um programa de concessões e privatizações.

A advogada Elena Landau, 57, que comandou este processo nos anos 1990, prevê uma corrida tanto do governo federal quanto dos Estados na tentativa de vender seus ativos e fazer caixa.

"É fundamental organizar esse engarrafamento".

Segundo Landau, mesmo que não arrecade "os bilhões do passado", é preciso voltar a falar de privatização para reorganizar o Estado e reformar setores, como o de gás e energia elétrica.

Folha - O PMDB tem dito que vai deslançar um programa de concessões.

Elena Landau - Se fala nisso há muito tempo, nunca deixou de ser uma prioridade, nem mesmo no governo Dilma. A agenda nova é falar em privatização.

O que poderia ser vendido?

Podemos falar em quase tudo que não seja função do Estado.

Um problema é que se fala em privatização quando se está precisando de dinheiro. Não há uma postura permanente de reforma do Estado, em que se possa fazer uma programação, como havia no passado.

Começou no governo Sarney, passou pelo Collor, FHC e depois parou. Primeiro foram as empresas que estavam falidas, depois as de atividades típicas do setor privado e depois as de serviços públicos. Era um processo organizado, com previsão e decreto da Presidência.

Agora, há um mercado muito ruim e há necessidade de arrecadar. Haverá um engarrafamento, porque os Estados também estão precisando privatizar. É fundamental organizar esse engarrafamento. Para ser benfeito e transparente, o processo de privatização não pode ser feito em um mês. Tem que ter planejamento.

Quais empresas estão na lista?

Há necessidade de ter uma Valec? Não deu certo o projeto ferroviário do governo. E a Telebras? Primeiro é necessário fazer um levantamento das empresas cujas tarefas poderiam ser assumidas por outros entes estatais ou secretarias ou que simplesmente poderiam ser fechadas.

A privatização não é só para arrecadar, mas também para reorganizar um setor da economia, como fizemos com o setor de telecomunicações no governo FHC.

O que tem que ser reorganizado agora?

Em vez de investir na Petrobras para gerar um caixa que não vai fazer diferença na situação de endividamento da empresa, melhor é reunir os ativos e pensar no que se quer do setor de óleo, gás e energia elétrica do país.

Não adianta vender fatia minoritária na Gaspetro. Tem de parar com essa fixação dos 49% [máximo de controle privado]. Nenhum investidor, com o tamanho do risco do país, com a tradição de intervenção estatal que temos, vai comprar 49% de uma estatal. Tem que ser privatização de fato, venda do controle.

Vamos pensar o setor de gás da Petrobras. Vamos integrar, promover competição e usar a privatização para reorganizar este setor. Isso vale também para os Estados e suas empresas, como a Sabesp e a Cedae.

Acredita que governo Temer vá privatizar?

Ele não vai começar falando de privatização de Eletrobras, Petrobras. Mas há o que fazer com ativos da Petrobras e da Eletrobras.

Por que essas duas empresas? Porque o Tesouro absorveu muito prejuízo das duas nos últimos anos e o Tesouro tem falado em capitalizá-las. Privatizar não é só ganhar dinheiro, é também deixar de perder, e os suspeitos mais óbvios são essas duas.

No caso da Eletrobras, as distribuidoras regionais do Norte e Nordeste têm que sair do seu guarda-chuva. Elas estão absorvendo recursos que, se o intuito for manter a Eletrobras estatal, estão fazendo falta para a empresa.

Concessões são mais fáceis?

As concessões de infraestrutura paralisaram por causa dos riscos que foram acrescentados ao negócio. Riscos jurídicos, regulatórios, taxas de retorno irrealistas, concessionários oportunistas –os sem experiência que acabaram devolvendo a concessão ou não terminaram obras no prazo.

Quando se tem uma mudança de governo e uma retomada da confiança na capacidade do governo de respeitar um pouco mais as regras jurídicas e regulatórias, é natural que o investidor se aproxime. E os projetos estão aí.

Mas mesmo nas concessões, se não diminuir o risco ao investidor, vai continuar sendo difícil vender. O governo acabou de intervir no setor elétrico de uma maneira radical. E isso ficou na cabeça das pessoas.

O processo de privatização é mais lento porque é preciso definir o valor de uma empresa e se o objetivo for fazer uma privatização que não seja meramente para arrecadar, é preciso pensar o que se quer do setor. Mas, para chegar lá, tem que começar algum dia.

O que daria para Temer fazer em dois anos?

Dá para preparar muita coisa e fazer algumas. Temos que reorganizar e rever questões de risco, taxa de retorno.

Temos expertise, é só recuperá-lo, criar uma força-tarefa no BNDES, recuperar a coordenação que havia e que se perdeu com a dispersão por muitos ministérios. E tem que ter vontade política, superar a questão ideológica.

Por exemplo, qual o motivo de manter a Infraero nos aeroportos privatizados? A estatal não conseguiu acompanhar os investimentos privados e isso acabou quebrando a empresa. E agora faz o quê, capitaliza a Infraero?

Não tem sentido. É um viés ideológico, tem que parar com essa privatização envergonhada. Não será em seis meses, mas a sinalização já é muito importante.

Mesmo que o objetivo não devesse ser caixa, o governo precisa de dinheiro. Quanto se pode arrecadar?

Não fiz a conta, mas depende do que você considera caixa. Se a empresa estiver muito mal administrada, como é o caso da Petrobras e da Eletrobras, o governo acaba tendo que falar de capitalização. O governo teria que inventar recursos para colocar nessas empresas.

Dinheiro do meu imposto, do seu, enquanto ela tem empresas que podem ser privatizadas. Esse é um mau uso dos recursos.

A privatização é uma agenda que está atrasada e pelo menos é possível colocá-la em andamento novamente. Não é porque não vai arrecadar os bilhões do passado que não vai colocar na agenda.

Muitos falam que a intervenção no setor de energia elétrica afetou a Eletrobras. Não, afetou todo o setor de energia e infraestrutura, pois mostrou que um governo intervencionista pode mudar os preços dos serviços. Isso afastou os investidores, aumentou o risco do país.

É preciso vender a Petrobras?

Um governo que começa com a expectativa de que vai tirar o país dessa situação em que está começa com mais capacidade política de fazer um programa de privatização a sério. Porque ou é isso ou é mais imposto ou mais dívida.

Mas não acho que essa força política chegue ao ponto de se discutir a venda de controle da Petrobras. Nem seria o momento, dada a situação da empresa. Não é viável nem politicamente nem economicamente.

A sra. falou em engarrafamento para privatizar. Há o que vender nos Estados?

Alagoas está fazendo um levantamento, todos estão levantando o que têm, porque não têm de onde tirar dinheiro. Não adianta fazer renegociação da dívida e continuar desperdiçando com coisas sem função. Mas não dá para fazer tudo ao mesmo tempo.

Se fizer uma lista, há empresas demais para vender e pouco mercado para comprar. Essa é uma questão para coordenar.

RAIO-X ELENA LANDAU, 57

Cargo

sócia do escritório de advocacia Sergio Bermudes

Carreira

>> Diretora do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) de 1994 a 1996 (governo Fernando Henrique Cardoso)

>> Participou da venda de diversas estatais e atuou na estruturação da privatização da Vale do Rio Doce, que ocorreu em 1997

>> Foi presidente da seção fluminense do Instituto Teotônio Vilela (órgão de formação política do PSDB)

Trabalhadores da Transpetro podem fazer primeira greve do governo Temer

12/05/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo



Trabalhadores dos navios da Transpetro, subsidiária da Petrobras que opera os petroleiros de transporte da empresa, pretendem entrar em greve no próximo sábado (14), no que poderá ser a primeira greve enfrentada pelo governo interino de Michel Temer – caso a abertura do processo de impeachment seja aprovada pelo Senado.

Segundo nota divulgada pelo Sindmar (Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante), pelos menos 2,2 mil marítimos da Transpetro farão uma greve por melhores condições de segurança e de trabalho nos navios que prestam serviço para a estatal.

Nas contas dos sindicatos, a operação de pelo menos 50 navios da companhia poderá ser afetadas pela paralisação. A greve foi decidida em assembleia ocorrida no último dia 4.

No final do mês de abril, os trabalhadores já se mobilizavam diante da informação sobre uma possível venda da Transpetro durante o programa de desinvestimento da Petrobras. A estatal colocou a venda ativos com objetivo de fazer caixa e reduzir sua dívida.

Oficialmente, a transportadora ainda não foi incluída no plano de venda, mas o diretor financeiro da estatal, Ivan Monteiro, afirmou em janeiro que avalia possibilidade de negócios com a Transpetro.

Em nota divulgada nesta quarta-feira (11), o Sindmar afirma, contudo, que a principal motivação para a greve é a melhora das condições de trabalho.

"A atual administração da Transpetro não demonstra compromisso com a segurança operacional de seus navios. A segurança pode ser certificada e não existir na prática.

Ela ignora o aspecto motivacional na relação de trabalho de seus marítimos. Em essência é este descompromisso que leva os navios a pararem. Falta-lhes um repouso condizente com o que o mercado oferece e isonomia com os empregados de terra, no que se refere à segurança do emprego", disse.

CRISE POLÍTICA

O sindicato também afirma que a greve não tem qualquer relação com a crise política instalada no país. Por meio de sua assessoria, o sindicato informou que os trabalhadores inicialmente decidiram que a greve ocorreria nesta terça-feira (10), mas a mobilização foi adiada para evitar relação com as manifestações contra a votação no Senado do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

O Sindmar não é ligado a nenhuma central sindical. Ele responde à Federação dos Marítimos que, por sua vez, é filiada a Conttmaf (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos).

Procurada, a Transpetro ainda não se manifestou.

Custo global da corrupção chega a R\$ 7 trilhões, diz FMI

12/05/2016 - Fonte: Folha de S.Paulo



A corrupção custa quase R\$ 7 trilhões por ano à economia mundial, segundo um estudo do FMI (Fundo Monetário Internacional) divulgado nesta quarta (11). Para o Fundo, há um "consenso crescente" de que a corrupção pode causar graves danos ao crescimento econômico e à distribuição de renda.

"A urgência é global em sua natureza, porque a corrupção é um problema que afeta tanto países desenvolvidos como em desenvolvimento", diz o estudo. O custo anual da corrupção é estimado em até US\$ 2 trilhões (R\$ 6,9 trilhões) com base em cálculos atualizados em 2015, o equivalente a 2% do PIB mundial. O FMI afirma, porém, que o custo econômico e social da corrupção é provavelmente ainda maior, já que "propinas são apenas um aspecto das possíveis formas de corrupção".

O Brasil é citado como exemplo de como as investigações de desvios de fundos públicos podem desestabilizar o sistema político, "o que aumenta a incerteza dos agentes econômicos e tem um impacto negativo nas decisões do consumidor".

O estudo também ressalta a dificuldades de acesso aos mercados internacionais de crédito para os países onde há altos níveis de corrupção e observa que o escândalo na Petrobras contribuiu para que o Brasil perdesse o selo de bom pagador das três maiores agências de classificação de risco, Moody's, Standard & Poor's e Fitch.

"Enquanto os custos econômicos diretos da corrupção são bem conhecidos, os custos indiretos podem ser até mais substanciais e debilitadores, levando a baixo crescimento e a maior desigualdade de renda", disse a diretora-gerente do FMI, Christine Lagarde. "A corrupção também tem um impacto corrosivo mais amplo na sociedade. Abala a confiança no governo e corrói os padrões éticos dos cidadãos".

Na receita do FMI delineada por Lagarde, a estratégia de combate à corrupção inclui o aumento da transparência nas ações governamentais, o fortalecimento do Estado de Direito e o monitoramento das transações bancárias para detectar movimentos suspeitos.

Embora o relatório aponte o impacto negativo das investigações sobre corrupção sobre a estabilidade econômica, Lagarde reitera que uma estratégia de combate ao problema é fundamental para países em crise.

"Isso é particularmente importante no contexto de crises econômicas, em que medidas anti-corrupção eficientes são críticas para restaurar a confiança", afirma Lagarde. Ela também menciona os mecanismos de pressão do FMI nos casos de países não cumprem a cartilha, como negar empréstimos. "Em alguns casos o problema era tão grave que o Fundo não teve escolha, mas segurar o apoio até que uma reforma estratégica crível fosse implementada".

Empresas condicionam novos aportes a obras nas estradas

12/05/2016 - Fonte: Em.com

Barcarena e São Paulo, 12 - Em Barcarena (PA), além das cargas provenientes de Miritituba, entre 15% e 20% da mercadoria percorre toda a distância entre o produtor e o porto de caminhão. Trechos com buracos e poças d'água remanescentes das chuvas são uma pequena mostra do trajeto que os caminhoneiros fazem pela BR-163.

A Archer Daniels Midland (ADM), que desde 2015 opera em Vila do Conde o Terminal de Grãos Ponta da Montanha (TGPM), em parceria com a Glencore, diz que a concessão da BR-163 e a construção da Ferrogrão têm igual importância para que o escoamento da produção agrícola pelo Norte continue crescendo. "Os dois projetos são complementares e abrem oportunidades para todo o País", disse Eduardo Rodrigues, diretor de Logística da ADM.

A Cargill também atrela a expansão de seus investimentos na região à melhoria das estradas. Em novembro deste ano, pretende inaugurar uma ETC própria em Miritituba, com capacidade para escoar 3 milhões de toneladas.

Hoje, utiliza os serviços da Transportes Bertolini para carregar as barcaças com produto do médio-norte mato-grossense. "Dependemos das melhorias na BR-163", disse Ricardo Cerqueira, gerente de Projetos e Operações Portuárias da empresa. Até agora, contudo, não há expectativa sobre data para o lançamento de edital para obras nos 200 km sem pavimentação da rodovia.

Para se instalar no município paraense, a Cargill investiu R\$ 180 milhões, destinados entre outros itens a três silos com capacidade para 54 mil toneladas. "A construção da ETC começou em janeiro de 2015. Pretendemos dar início aos testes em outubro deste ano e estarmos totalmente operáveis em janeiro de 2017", afirmou.

Até que o complexo da companhia esteja pronto, a Bertolini continuará carregando as barcaças em Miritituba, que de lá seguem para o terminal próprio da Cargill em Santarém (PA) - estrutura que foi ampliada para 5 milhões de toneladas após investimentos de R\$ 240 milhões.

Conforme Cerqueira, o potencial de escoamento da Cargill pelo Arco Norte praticamente equivale ao que se encontra hoje no Sul e Sudeste. Enquanto Santarém pode movimentar 5 milhões de toneladas, Santos e Paranaguá podem embarcar 3 milhões cada, totalizando 6 milhões de toneladas.

A Bertolini também presta serviços para a ADM, que diz não ter projeto para uma estação própria de transbordo em Miritituba por enquanto. Hoje, segundo Eduardo Rodrigues, da ADM, a companhia concentra atenção no Terminal de Grãos Ponta da Montanha (TGPM), em Barcarena, por onde escoou 1,5 milhão de toneladas em 2015 e deve chegar a 2 milhões (+33%) em 2016.

A Bunge investiu R\$ 700 milhões nas instalações em Miritituba e Vila do Conde, em Barcarena. Uma joint venture entre a empresa e o Grupo Amaggi opera as barcaças que levam soja de Miritituba a Barcarena. Cada comboio é composto por 20 barcaças, que chegam a transportar 40 mil toneladas no total, suficiente para retirar 1 mil caminhões das estradas.

Do total dos produtos recebidos pela Bunge em Barcarena, 85% chegam pelos rios; o restante, por estradas. Em 2015, o terminal da Bunge movimentou 2 milhões de toneladas, perto do limite da capacidade de 2,5 milhões. As informações são do jornal

Governo pretende tributar 100% do lucro das empresas

12/05/2016 - Fonte: Portal Contábil



Proposta prevê que, a partir de 2017, sobre o excedente do lucro distribuído para acionistas ou sócios – que hoje é isento – incidirá uma alíquota de 15% de IR – Foto: Divulgação

O governo encaminhou ao Congresso recentemente um projeto de lei que propõe tributar o excedente do lucro distribuído de empresas que estão nos regimes do Simples Nacional e do Lucro Presumido. Na prática, se aprovada a proposta, a partir de 2017 todo o lucro dessas empresas passaria a ser tributado.

Hoje, apenas uma parcela dos ganhos está sujeita ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). O lucro que excede a base de cálculo do IRPJ pode ser distribuído para pessoas físicas – como sócios e acionistas das empresas – sem a incidência do imposto.

O percentual tributado pelo IRPJ atualmente chega a até 32% da receita bruta das empresas. Vale destacar que, tanto para as empresas do Simples quanto para aquelas do Lucro Presumido, a apuração dos resultados é feita desconsiderando as despesas. O parâmetro é a receita bruta.

Imagine uma empresa do Lucro Presumido que obtenha receita bruta de R\$ 1 milhão. A esse montante incidirá a alíquota do IRPJ, que vamos supor seja a máxima, de 32%. Então, o tributo a ser pago equivale a R\$ 320 mil.

Entretanto, para fins contábeis, essa empresa tem de calcular o seu lucro efetivo, considerando a diferença entre receitas e despesas. Pela regra atual, caso esse lucro supere 32% da receita bruta (R\$ 320 mil no exemplo), o valor excedente poderá ser distribuído sem que seja tributado.

Essa regra é válida desde 1996, amparada pela Lei 9.249/1995. A isenção foi uma espécie de compensação criada na época pelo aumento de impostos para pessoas jurídicas. O projeto apresentado agora pelo governo, na prática, anula os efeitos da Lei 9.249.

Pela proposta, será aplicada uma alíquota do IR de 15% sobre o excedente do lucro distribuído.

INFORMALIDADE

Para o advogado tributarista Alexandre Fiorot, do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), a medida é ruim e pode desestimular a formalização. "A proposta vai contra o próprio discurso do governo, de estimular o empresário formal. Ao tributar ainda mais as empresas, ainda que por meio de seus sócios e acionistas, o que se consegue de fato é inibir a formalização", diz Fiorot.

O Ministério da Fazenda divulgou comunicado afirmando que o projeto busca fazer "justiça tributária". O comunicado traz que "se pretende fazer incidir o imposto sobre a renda à alíquota de 15% somente sobre a parcela que atualmente não é oferecida à tributação por ninguém, nem pelo gerador do lucro nem pelo beneficiário."

O advogado Marcello Maurício dos Santos, do escritório Chiarottino e Nicoletti, discorda do argumento do governo. Segundo ele, a medida não faz justiça porque prevê a tributação de algo que já foi tributado anteriormente. "Há incidência de imposto sobre o lucro, quando originado na pessoa jurídica, e agora se pretende tributar também quando ele passa para a pessoa física", diz o advogado.

Segundo ele, a medida teria o efeito de uma bitributação, embora tecnicamente não possa ser considerada como tal já que a incidência do imposto se daria depois de fatos geradores distintos.

Para Maurício dos Santos, a proposta, se aprovada no legislativo, deve estimular a sonegação. "As empresas podem omitir seus rendimentos para escapar dessa alíquota de 15%", diz o advogado.

HERANÇA

A medida que visa tributar o excedente do lucro de empresas que estão nos regimes do Simples Nacional e do Lucro Presumido faz parte de um projeto maior, que propõe reajustar em 5% a tabela do Imposto de Renda Pessoas Física (IRPF) a partir de 2017.

Prevê ainda a incidência dessa mesma alíquota de 5% do imposto para heranças acima de R\$ 5 milhões e doações acima de R\$ 1 milhão, que estavam isentos até agora.

Segundo o Ministério da Fazenda, o aumento de arrecadação anual para 2017 é estimado em R\$ 1,57 bilhão com a tributação do excedente do Lucro Presumido e de R\$ 591 milhões para a tributação do excedente do Simples Nacional.

O governo ainda estima que o impacto da alteração na tabela o Imposto de Renda para pessoa física é de R\$ 5,20 bilhões por ano a partir de janeiro de 2017. Com a mudança na tabela do IR, a isenção sobe de R\$ 1.903,98 para R\$ 1.999,18. Acima de R\$ 4.897,92, a alíquota incidente será a de 27,5%.

Em um ano, 11,2 mil demissões nas montadoras

12/05/2016 - Fonte: Isto É

Nos últimos 12 meses, as montadoras demitiram 11,2 mil trabalhadores, sendo 1,4 mil neste ano. Atualmente há 36,5 mil funcionários no Programa de Proteção ao Emprego (PPE), com jornada e salários reduzidos e outros 6,3 mil em lay-off (contratos suspensos), o equivalente a 32% da mão de obra do setor, de 128,4 mil pessoas.

"Vai chegar um momento em que parte desse pessoal afastado será demitido", admite João Moraes, economista da Tendências Consultoria, especializado no setor automotivo.

Segundo ele, mesmo que comece a ocorrer uma recuperação do mercado no próximo ano, vai levar ao menos uma década para que o setor volte a operar com níveis mais elevados de sua capacidade produtiva.

As montadoras, de acordo com cálculos da Tendências, têm capacidade para produzir cerca de 4,5 milhões de veículos e, este ano, deve produzir metade disso.

"A indústria automobilística brasileira atingiu vendas de 3,8 milhões de veículos muito cedo, em 2012, mas foi um crescimento sem bases consistentes, ancorada no crédito fácil e no aumento.

da renda sem crescimento da produtividade", avalia Moraes.

Em sua opinião, o mercado vai demorar a recuperar esses níveis e as fabricantes devem continuar operando com ociosidade por algum tempo.

Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques, uma alternativa é o mercado externo. "As empresas devem ser mais agressivas nas exportações – buscando mercados novos – e na nacionalização de componentes".

De janeiro a abril, as exportações cresceram 24,3% ante igual período de 2015, para 136,3 mil veículos, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

CSN tem prejuízo líquido de R\$831 mi no 1º tri, dívida sobe 33%

12/05/2016 - Fonte: R7

A Companhia Siderúrgica Nacional encerrou o primeiro trimestre com prejuízo líquido de 831 milhões de reais, revertendo resultado positivo de 392 milhões obtido um ano antes.

A empresa apurou geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de 733 milhões de reais, queda de 20 por cento sobre um ano antes, mas alta de 7 por cento no comparativo com os três últimos meses de 2015.

A dívida líquida ajustada da CSN terminou março em 26,65 bilhões de reais, aumento anual de 33 por cento. Com isso, o nível de alavancagem da empresa sobre o Ebitda ajustado seguiu em ascensão, passando de 8,15 vezes no quarto trimestre para 8,67 vezes ao final de março.

A receita da companhia recuou 4 por cento no trimestre passado sobre um ano antes, para 3,84 bilhões de reais, apesar da queda de 11 por cento nas vendas de aço em volume, para 1,25 milhão de toneladas.

A CSN apurou alta de 52 por cento nas vendas de minério de ferro, para 8,295 milhões de toneladas, apesar da queda de 12 por cento na participação das exportações.

Pesou no resultado final da empresa o balanço financeiro, que ficou negativo em 943 milhões de reais ante 870 milhões no primeiro trimestre do ano passado.

A companhia investiu 330 milhões de reais no primeiro trimestre, praticamente o mesmo montante do aplicado no mesmo período do ano passado.

Volume de serviços prestados cai 5,9% em março ante março de 2015, diz IBGE

12/05/2016 - Fonte: R7

O volume de serviços prestados recuou 5,9% em março de 2016 ante igual mês de 2015, já descontados os efeitos da inflação, informou nesta quinta-feira, 12, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foi o 12º resultado negativo consecutivo e o pior desempenho para o mês da série histórica da Pesquisa Mensal de Serviços, iniciada em 2012. Em fevereiro de 2016 ante fevereiro de 2015, a taxa foi revisada de baixa de 4,0% para queda de 3,9%.

Desde outubro de 2015, o órgão divulga índices de volume no âmbito da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS). Antes disso, o IBGE anunciava apenas os dados da receita bruta nominal, sem tirar a influência dos preços sobre o resultado. Por esse indicador, que continua a ser divulgado, a receita nominal caiu 0,4% em março ante igual mês de 2015.

Com o resultado de março, o volume de serviços prestados acumulou queda de 5,0% no ano e recuo de 4,4% em 12 meses.

A série da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) foi iniciada em janeiro de 2012. Ainda não há dados com ajuste sazonal (que permitem a análise do mês contra o mês imediatamente anterior), porque, segundo o IBGE, a dessazonalização requer a existência de uma série histórica de aproximadamente quatro anos.

Em Minas, quatro empresas decretam falência a cada hora

12/05/2016 - Fonte: R7

O comércio de Minas está agonizando e não tem prazo para ter esperança de melhora. De acordo com dados da Junta Comercial, a cada hora, quatro lojas fecham as portas no Estado, após decretar falência dos serviços.

Nos primeiros quatro meses do ano passado, 13.847 empresas abriram as portas e 7.190 fecharam. No mesmo período de 2016, 12.969 abriram as portas contra o encerramento de atividade de 12.486.

Em BH, boa parte da economia gira em torno de serviços de bares, restaurantes e casas noturnas, um setor que teve que dispensar cerca de 9.300 postos de trabalho do ano passado até agora.

A perspectiva é ainda pior, já que 3.100 estabelecimentos são esperados que fechem até o fim deste ano, de acordo com o diretor da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), Lucas Pêgo.

— O que tem causado isso é a conjuntura econômica em um cenário onde os custos estão muito altos.

Para o presidente da CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas), Bruno Falci, parte do problema é reflexo de uma gestão macroeconômica dos últimos anos equivocada.

— Que gerou uma inflação mais alta, juros mais altos, desemprego e corrosão da renda. Consequentemente os negócios diminuiriam, tanto para a indústria quanto para o comércio.

Fábrica da VW em São Carlos comemora 300 mil motores EA211

12/05/2016 - Fonte: R7

Próxima de completar 20 anos de atividades, em outubro desse ano, a fábrica da Volkswagen do Brasil em São Carlos (SP) acaba de alcançar o marco de 300 mil motores da família EA211 produzidos desde seu lançamento, em 2013.

O motor que simbolizou a conquista foi o 1.4l TSI, o mais recente integrante da nova geração de motores EA 211, que equipa o Golf. Além do marco produtivo, a Volkswagen em São Carlos também inaugura sua nova linha de usinagem de virabrequim (uma das peças vitais do motor responsável por transformar a energia produzida pela combustão em torque), que faz parte do pacote de investimentos de R\$ 460 milhões anunciados em junho de 2015, para serem aplicados na fábrica até 2018.

Produzidos nas versões 1.0l, 1.0l TSI, 1.4l TSI e 1.6l os propulsores da família EA211 equipam os modelos up!, cross up!, Fox, SpaceFox, Space Cross, Golf, Novo Gol, Novo Voyage, Nova Saveiro e Nova Saveiro Cross, conta com moderna tecnologia e foco em qualidade e sustentabilidade que proporcionam eficiência produtiva, reduções no consumo de recursos naturais e maior eficiência na reciclagem de resíduos.

“A produção da família EA211 em São Carlos trouxe para o consumidor brasileiro o que há de mais moderno e eficiente em termos de motorização no Grupo Volkswagen.

A ampliação da oferta de produtos, com a chegada do motor 1.4l TSI, e a implementação da linha de usinagem de virabrequim tornam a operação brasileira ainda mais estratégica para o Grupo”, declara o presidente e CEO da Volkswagen do Brasil, David Powels.

A ampliação de oferta de seus produtos e a implementação da nova linha de usinagem de virabrequim fazem parte dos investimentos de R\$ 460 milhões anunciados em junho de 2015, a serem implementados até 2018, com o foco na nova família de motores EA211.

Entre 2012 e 2013, a fábrica já havia recebido R\$ 425 milhões para o desenvolvimento do novo prédio produtivo, para a instalação de novas linhas para a produção dos motores EA211 e para o aumento de capacidade produtiva dos propulsores EA111, totalizando quase R\$ 900 milhões em investimentos na unidade em seis anos.

No final de 2015 a Volkswagen do Brasil anunciou que foi escolhida, dentre todas as operações da marca no mundo, para exportar blocos de motores para a produção de propulsores que equipam os modelos Polo e up! na Europa.

Produzidos na fábrica de motores da Volkswagen do Brasil em São Carlos (SP), os blocos são enviados para a fábrica de Chemnitz, na Alemanha. Inicialmente, a parceria se estenderá até 2016 e engloba a exportação do bloco do motor 1.0l de três cilindros da família EA211. A estimativa é de que, no total, sejam despachadas 90 mil unidades até 2016.

“Nos últimos anos, a fábrica de motores de São Carlos tem recebido importantes aportes, que proporcionaram uma intensa evolução em termos de qualidade e tecnologia em nossos processos produtivos.

Com esses investimentos, começamos a produzir a nova geração de motores, que tem conquistado os consumidores, e também passamos a ampliar nossas competências com a produção do virabrequim no Brasil e a exportação de blocos de motores para a Alemanha”, disse Andreas Hemmann, gerente executivo da fábrica de São Carlos.

O grupo PSA e a Dongfeng Motors assinam dois novos acordos

12/05/2016 - Fonte: R7



Uma nova etapa da parceria estratégica entre os grupos PSA e DFM foi superada por ocasião da apresentação do novo plano de médio prazo “5A+” da DongFeng Peugeot Citroën Automobile (DPCA).

Na quarta-feira, 11 de maio, por ocasião da apresentação do plano estratégico da DPCA, Carlos Tavares e ZHU Yanfeng, presidentes das duas sociedades acionistas da DPCA, assinaram um acordo para a concepção de uma versão elétrica da plataforma CMP “Common Modular Platform”, que tem sido desenvolvida em comum desde abril de 2015.

Com essa futura plataforma elétrica "e-CMP", o Grupo terá, a partir de 2019, uma oferta global de veículos 100% elétricos nos segmentos B e C para as marcas Peugeot, Citroën, DS e Dongfeng, com prestações de altíssimo nível.

Os dois Grupos também assinaram um acordo na área de Recursos Humanos, visando aumentar as sinergias no desenvolvimento internacional de talentos.

Essa cooperação vai se concretizar através de intercâmbios de talentos durante um período determinado em funções operacionais, nas áreas de Pesquisa e Desenvolvimento, Marketing, Industrial, Finanças e Recursos Humanos. Também haverá trocas de boas práticas em cada área do RH, que levarão à identificação de possíveis cooperações.

No Grupo PSA, esse acordo acompanha a implementação do plano estratégico "Push to Pass" e permite enfrentar novos desafios em matéria de recursos humanos.

Por ocasião da cerimônia, Carlos Tavares, Presidente Mundial do Grupo PSA, destacou a eficácia da cooperação das equipes PSA-DFM que foram criadas e a importância de aumentar essa sinergia através dos intercâmbios de talentos.

Ele também declarou: "A futura plataforma elétrica e-CMP constitui uma etapa chave da nossa parceria com a Dongfeng. Com ela, poderemos acelerar o desenvolvimento mundial de ambos os grupos, contribuindo ao mesmo tempo para a realização do rigoroso objetivo de CO2 estabelecido para 2020".

O novo plano estratégico de médio prazo "5A+" tem a ambição de fazer da DPCA "Uma empresa automobilística eficiente, capaz de oferecer aos seus clientes soluções de mobilidade completas".

O plano fixa 3 objetivos estratégicos:

- Uma forte progressão da satisfação dos clientes em termos de produtos e serviços, conseguindo estar no TOP 3 do setor até 2018 e visando a liderança em 2020
- Obter um faturamento que ultrapasse os 100 bilhões de RMB até 2020
- Um crescimento rentável e duradouro, baseado em ganhos de produtividade de 30% até 2020.

Produtividade ainda menor: eficiência do trabalho no Brasil cai 3%

12/05/2016 - Fonte:Globo.com



Com o pior desempenho da economia brasileira desde 1990, o ano de 2015 também mostrou uma marca nada invejável quando se trata de produtividade do trabalho. O indicador — que divide o Produto Interno Bruto (PIB) pelo número de trabalhadores — caiu 3% no ano passado, a segunda maior queda na América Latina, atrás apenas da Venezuela, que teve perda de 7,6%, segundo a base de dados do The Conference Board.

Apenas 14 dos 129 países pesquisados têm dados que mostram recuo na produtividade do trabalho no ano passado. A produtividade no Brasil correspondeu a

apenas um quarto (24%) daquela dos Estados Unidos no ano passado, país que é referência do indicador.

— A queda da economia foi muito grande no ano passado, e o recuo do emprego não ocorreu na mesma proporção. Além disso, o efeito no emprego foi retardado, foi mais forte no segundo semestre. Com isso, há redução da produtividade. O Brasil está se afastando dos países mais produtivos e se aproximando dos menos produtivos — afirma o professor do Instituto de Economia da UFRJ João Saboia.

Mais do que um fenômeno recente, o fraco desempenho da produtividade tem sido uma realidade nos últimos anos, antes mesmo da atual recessão. No ano de 2015, a produtividade do trabalho no Brasil correspondia a US\$ 28.289, considerando preços de 2014.

Entre 2000 e 2015, a produtividade do trabalho avançou apenas 9,5% no Brasil, enquanto no Chile — que detém o maior índice da América do Sul — o aumento foi de 19,8%. As taxas de crescimento também foram expressivas na Colômbia (18,9%) e no Peru (36,8%), embora o mesmo não tenha ocorrido no México (3,3%).

'LONGA ESTRADA PELA FRENTE'

No mundo, o ritmo de crescimento da produtividade vem diminuindo. Em 2015, o aumento foi de 1,4%, frente a 1,7% em 2014. Entre os países emergentes, o ritmo de expansão da produtividade do trabalho passou de 2,6% em 2014 para 1,9% em 2015.

— A produtividade do trabalho no Brasil corresponde a 88% da média mundial, mas a apenas um terço da registrada nas economias avançadas e a um quarto da produtividade dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, está 30% acima da média das economias emergentes e corresponde a 85% da média da América Latina.

Obviamente, o Brasil se sai melhor que algumas economias emergentes na Ásia, mas não tão bem quanto seus vizinhos na América Latina. O Brasil ainda tem uma longa estrada pela frente, está muito longe da fronteira, os Estados Unidos — afirma o economista sênior do The Conference Board, Abdul Erumban, responsável pelo indicador.

Segundo ele, as principais preocupações no caso brasileiro são as baixas taxas de inovação, o ritmo lento de ganhos nas habilidades dos trabalhadores e nas práticas de gestão, a infraestrutura inadequada e os investimentos lentos em novos maquinários e equipamentos. Nos próximos dias, deve sair um dado mais atualizado para o ano de 2015, mas Erumban acredita que a tendência para o Brasil é que a perda de produtividade seja ainda maior, diante da recessão registrada no ano passado.

— A notícia é muito ruim, especialmente porque a produtividade já vinha crescendo muito pouco no Brasil, mesmo quando a economia ia bem — diz Saboia.

Professor do Instituto de Economia da Unicamp, Claudio Dedecca pondera que comparações internacionais podem ser afetadas pela taxa de câmbio, mas diz que é "razoável" supor uma queda da produtividade no ano passado mesmo no resultado em reais, sem influência do câmbio.

Antes mesmo disso, no entanto, ele aponta que a produtividade vinha crescendo pouco. Aliás, foi graças a esse baixo aumento da produtividade que o país registrou uma expansão forte do emprego, segundo Dedecca:

— A economia brasileira tem um problema enorme para aumentar sua produtividade. O Brasil só teve explosão de empregos nos últimos anos porque a produtividade avançou pouco. Se tivéssemos tido incorporação de tecnologia, o emprego não teria crescido como cresceu.

Na avaliação de Dedecca, essa forte geração de empregos acabou “mascarando” um crescimento da economia brasileira sem tanta qualidade.

FERRAMENTA PARA EXPANSÃO SUSTENTÁVEL

O ganho de produtividade é apontado por economistas como um dos principais instrumentos para um crescimento sustentável da economia. Erumban cita como fatores importante para o avanço da produtividade a melhoria das habilidades dos trabalhadores, infraestrutura mais adequada, reformas para reduzir fraquezas da economia e a própria transformação da estrutura da economia, com foco maior em setores mais produtivos.

Na avaliação do professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) Renaut Michel Barreto e Silva, esta última é uma das principais razões para o problema atual de produtividade do país.

Ele destaca que o setor industrial é o mais produtivo, mas, há alguns anos, a indústria brasileira enfrenta entraves para o crescimento, especialmente uma taxa de câmbio valorizada, que torna os produtos brasileiros mais caros no mercado externo.

— A aposta recente foi de crescimento econômico pela demanda. E isso não tem impacto em eficiência e produtividade. A indústria não consegue ser um instrumento de crescimento há mais de dez anos — diz o professor da UFF.

A grande dificuldade agora, segundo Barreto e Silva, é a discussão sobre eficiência, que acaba ficando para trás por causa da recessão na economia brasileira. Ele afirma que é preciso estabelecer uma agenda de crescimento da economia e, em seguida, uma agenda de eficiência e produtividade, que passe pelo fortalecimento da indústria e pela melhoria da educação.

Na atual situação de crise fiscal, no entanto, aumentam as preocupações com fatores que poderiam levar a um aumento de produtividade, como é o caso da educação.

Apesar dos avanços dos últimos anos, especialistas ainda veem um longo caminho pela frente para a melhoria da qualidade da educação, que garantirá trabalhadores mais qualificados, que possam ser mais eficientes.

— A economia brasileira precisa produzir mais com menos gente, especialmente no momento atual de envelhecimento da população, em que teremos menos trabalhadores no mercado.

Nesse aspecto, a proposta que vem sendo discutida de desvinculação das receitas de educação é preocupante. A gente não pode se dar ao luxo de reduzir investimentos em educação — defende Saboia.

CNI aposta nas privatizações para resolver problemas de infraestrutura

12/05/2016 - Fonte: Globo.com



Animada com o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou um comunicado, nesta quinta-feira, dizendo que o aumento da participação privada, já sinalizada por integrantes da

equipe de Michel Temer, abrirá caminho para a modernização da infraestrutura brasileira.

Segundo a entidade, com investimentos de apenas 2% do Produto Interno Bruto (PIB) nessa área, o Brasil convive com estradas de má qualidade, portos ineficientes, falhas no fornecimento de energia e inúmeros problemas de logística que encarecem a produção e tiram a capacidade das empresas de competirem no mercado internacional.

— A superação desses obstáculos depende da efetiva participação do setor privado no investimento e na gestão de serviços — disse o gerente executivo de Infraestrutura da CNI, Wagner Cardoso.

Segundo ele, o aumento da disponibilidade dos serviços de infraestrutura nas áreas de energia, transportes e saneamento básico é um desafio urgente a ser enfrentado pela gestão de Temer.

Ele citou um estudo da entidade que mostra que se forem investidos R\$ 63,2 bilhões na malha da região Sudeste, por exemplo, haveria uma economia de R\$ 8,9 bilhões.

— Os prejuízos da falta de expansão, manutenção e modernização destes serviços são altos, e o setor produtivo nacional sente os efeitos desta deterioração — ressaltou.

Em um documento entregue a Temer pela CNI, nove, de um total de dez propostas, tratam da modernização da infraestrutura. Destacam-se, entre outras medidas, da revisão das atribuições da Petrobras nas licitações do pré-sal, a privatização das administrações portuárias, o aumento da participação nos serviços de água e esgoto e a modernização das condições de acesso ao gás natural importado.

Ainda de acordo com a CNI, atualmente, o Brasil ocupa a 76ª posição entre 144 países no quesito infraestrutura no ranking Global Competitiveness Report 2014/2015, patamar abaixo dos países no mesmo estágio de desenvolvimento.

O estudo Competitividade Brasil 2014, elaborado pela entidade, reforça a má colocação brasileira. Em infraestrutura e logística, o país aparece na 14ª posição entre 15 países pesquisados. Em todos os modais o país recebe avaliações negativas e não registra avanços desde 2010.

Crise pode ser o momento certo para uma guinada profissional

12/05/2016 - Fonte: Paraná Online



O momento de instabilidade econômica no país pode proporcionar uma virada na carreira de muitas pessoas, mas é fundamental estar disposto e se adequar às exigências do mercado de trabalho.

De acordo com a especialista em recrutamento e seleção, Simone Kokodinak, da Alpha Omega Cursos, os principais requisitos que as empresas buscam na hora da contratação de um profissional são as qualificações específicas, muitas vezes preferindo pessoas que não possuem experiência na área de atuação e os sem vícios

do cargo. Simone ressalta que os cursos são procurados " para mudar de segmento e conseguir um novo emprego, ou aumentar a renda".

Assim como os números do desemprego, a procura por cursos profissionalizante cresce a cada dia. Raphael Benício, Engenheiro de Segurança e instrutor de diversos treinamentos na Alpha Omega afirma que não é de hoje que os certificados emitidos pela empresa mudam a vida das pessoas, "desde que abrimos a empresa, há 15 anos, mais de 45 mil alunos passaram por aqui e se tornaram profissionais de sucesso, alguns vem de outras cidades do interior do Paraná, Mato Grosso, São Paulo e outros estados". Os cursos duram entre 16h e 40h, o que facilita questões de viagem e hospedagem desses alunos.

Crise

Diferentemente de graduações e cursos técnicos, os treinamentos de qualificação profissional são considerados cursos livres, por isso tem duração variada, são compostos de teoria e prática.

As turmas se concentram nos finais de semana, para otimizar o tempo e permitir que pessoas que estão trabalhando também participem, e tão logo o curso seja finalizado, o aluno já sai com o certificado em mãos, que já o torna habilitado para a função e o deixa pronto para as concorrências do mercado de trabalho.

"A melhor maneira de enfrentar a crise", explica Benício, "é buscando qualificação e informação".

Para Rhodia, é hora de investir em tecnologia

12/05/2016 - Fonte: Automotive Business



Apesar do cenário conturbado que vem empurrando a economia brasileira para baixo, a Rhodia aposta no aumento continuado do valor agregado dos veículos produzidos no Brasil e, por consequência, no crescimento de seu principal negócio com as montadoras e seus fornecedores: o suprimento do insumo básico para peças plásticas de alta resistência, produzidas com os chamados plásticos de engenharia.

"O desastre do mercado está empurrando a inovação, porque os consumidores brasileiros querem mais tecnologia nos seus carros. Por isso este é o momento de investir.

Só os vencedores nesse campo sobreviverão no futuro", avalia Peter Browning, diretor geral da área de plásticos de engenharia do Grupo Solvay – a empresa belga comprou a francesa Rhodia em 2011 e manteve a atuação da marca no Brasil.

"O momento é desconfortável para a indústria automotiva no País, que deveria estar produzindo algo como 4 milhões de veículos por ano e vai fechar este ano em torno de 2 milhões. Leva algum tempo para recuperar, mas acreditamos que os volumes voltem a ficar acima das 3 milhões de unidades em mais dois ou três anos. Mas enquanto isso inovar é a única saída para sobreviver. Exemplo disso são os diversos lançamentos de veículos que continuam a acontecer, sempre agregando mais

tecnologia”, reforça Marcos Curti, diretor do Grupo Solvay/Rhodia para as Américas, que tem sede para a região localizada no Brasil.

Segundo o executivo, a empresa está aumentando o fornecimento de plásticos de engenharia para diversas peças que já estão nos modelos lançados recentemente, mas existem outros 50 novos projetos em andamento.

A fábrica da Rhodia em São Bernardo do Campo (SP) é uma das seis plantas produtoras de compostos de poliamida que o Grupo Solvay tem no mundo. A unidade é a principal fornecedora do insumo para a região das Américas, com exportação de 40% da produção.

De acordo com Curti, a empresa lidera o fornecimento de poliamida no mercado brasileiro com 40% de participação. Os fornecedores de peças dos fabricantes de veículos são responsáveis por cerca de 60% do faturamento da Rhodia com a venda do insumo, também conhecido como náilon, usado na fabricação de itens como dutos de ar e refrigeração, suportes de motor, protetores de cárter, quadros de radiador e coletores de admissão de ar, entre outras peças que precisam combinar alta resistência mecânica, química e térmica.

“Quanto mais tecnologia se agrega a um carro para reduzir emissões e consumo, mais peças de plástico de engenharia são necessárias”, explica Browning. Ele cita o exemplo de carros com motores turbinados, já feitos no Brasil, que precisam usar componentes como coletores de plástico resistente ao calor. “A poliamida é um material em torno de mais 50% barato do que o alumínio fundido e ainda mais leve. Por isso seu uso tem crescido consistentemente de 1% a 1,5% ao ano. Um carro tem hoje em média 15 quilos de poliamida, mas pode chegar a 20 quilos em alguns modelos da BMW, por exemplo”, acrescenta.

Para se ter ideia da redução de peso que componentes de plástico de alto desempenho podem trazer, Curti mostra a foto de um antigo Chevrolet Chevette fabricado nos anos 1980, que tinha um coletor de metal que pesava 12 kg, que hoje pode ser substituído por uma peça plástica de apenas 1 kg.

SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Browning diz que há cerca de 20 anos o grupo vem focando esforços em aumentar o fornecimento ao setor automotivo, “por acreditar que tem o maior potencial de crescimento no consumo de plásticos de engenharia”.

Do faturamento global do Grupo Solvay de € 10,6 bilhões em 2015, a unidade de negócios Poliamida (que inclui matérias-primas e intermediários) contribuiu com € 1,44 bilhão.

Hoje a companhia atua como fornecedor de terceiro, segundo e primeiro níveis na cadeia de suprimentos da indústria automotiva, fornecendo o insumo para fabricantes de peças, sistemistas e em alguns casos até diretamente a montadoras que têm áreas de injeção de peças plásticas.

Mas o objetivo é ir além do insumo básico para aumentar os ganhos – o lucro líquido do grupo em 2015 foi de € 477 milhões. O Grupo Solvay vem investindo em agregar mais valor aos seus produtos, por meio da oferta de serviços de engenharia para encurtar o tempo de projeto e validação de peças de poliamida.

A empresa recebe os projetos em diversos níveis de detalhamento e pode fazer em impressora 3D um protótipo de peça em poliamida completamente operacional para testes, em prazos que variam de 72 horas a uma semana. “Oferecemos uma economia fantástica de tempo e dinheiro”, afirma Browning, lembrando que a impressão 3D evita o gasto com desenvolvimento de ferramentais.

A empresa já investiu cerca de € 10 milhões nessa divisão, que vem crescendo ao ritmo de 300% ao ano, com 40 engenheiros dedicados a cerca de 400 projetos por ano.

Os serviços de engenharia também estão disponíveis na unidade brasileira, onde a Rhodia já aplicou R\$ 20 milhões em pesquisa e desenvolvimento nos últimos cinco anos. "Vamos avançar em tecnologia, porque não se ganha só fornecendo matéria-prima básica", afirma Curti.

O Grupo Solvay tem quatro centros de pesquisa e desenvolvimento no mundo, são dois na Ásia, um na Europa e outro no Brasil. Uma das especialidades do centro brasileiro está no desenvolvimento de componentes que atuam em contato com etanol, o que requer diferenças na formulação dos compostos químicos.

INVESTIMENTOS NO BRASIL

Os investimentos do Grupo Solvay no Brasil mantiveram seu patamar histórico, alcançando o total de R\$ 185 milhões em 2015. Os recursos foram empregados em aumento de capacidade de produção, melhoria de processos produtivos, além de implantação de tecnologias e desenvolvimento de novos produtos.

Sem revelar números, Curti garante que os aportes da companhia vão continuar neste e nos próximos anos. Em breve o executivo espera poder anunciar a instalação de uma nova linha de polimerização com alto grau de sofisticação tecnológica.

A Rhodia está há quase um século no Brasil: em 1919 anunciou a instalação de sua primeira fábrica no País, em Santo André (SP), onde começou a produzir lança-perfume em 1922.

"Tanto tempo aqui é mais que suficiente para entender que a economia brasileira vive de ciclos, assim como outros mercados, como foi o caso dos Estados Unidos recentemente. Temos de aproveitar os momentos de alta e seguimos investindo nos momentos de baixa, para aproveitar o próximo ciclo de crescimento", resume Browning.

A região das Américas é responsável por cerca de 20% do faturamento do Grupo Solvay no mundo – outros 20% vêm da Ásia e 40% da Europa. A operação no Brasil faturou R\$ 3 bilhões e exportou US\$ 197 milhões em 2015.

Com 11 unidades industriais (incluindo joint ventures e associações) na América Latina em diversas atividades do setor químico, Curti não esconde que está no radar a abertura de uma fábrica nos Estados Unidos, onde o mercado retomou o crescimento – a única planta do grupo na América do Norte ficava no Canadá e foi fechada após a crise econômica de 2008/9 na região.

"Nosso objetivo é dobrar a participação no mercado norte-americano nos próximos quatro anos", informa Curti.

Com mundo de olho, siderúrgicas chinesas arriscam retomada de produção

12/05/2016 - Fonte: DCI

Quando a queda nos preços de commodities forçou a siderúrgica chinesa Shanxi Zhongsheng Steel a fechar em outubro passado, a empresa estava sobre um estoque de trilhos de aço para trens de alta velocidade suficiente para cobrir a distância entre São Francisco e a fronteira dos Estados Unidos com o México.

Porém, uma repentina reviravolta nos preços de aço na China impulsionada por esforços de estímulo econômico promovidos pelo governo mudou tudo. Apesar da crise

mundial da indústria do aço, a companhia voltou à vida, vendeu o estoque de 100 mil toneladas e agora está produzindo cerca de 4 mil toneladas por dia, incluindo barras de reforço e arame.

Siderúrgicas chinesas como a Shanxi Zhongsheng, chamadas de zumbis porque tinham parado a produção quando os preços despencaram nos últimos anos, estão voltando à vida num momento em que outros países cobram da China controlar sua produção.

A China produz metade do aço consumido no mundo e apesar do excesso de capacidade produtiva global, o país produz um volume recorde da liga em março.

Apesar da China ter dito repetidas vezes que tem intenção de cortar capacidade produtiva, a equação nas cidades siderúrgicas do país como Shanxi não é simples, o que mostra as dificuldades de Pequim para conter uma indústria que desempenhou papel integral na ascensão econômica do país.

Muitas usinas como a Shanxi Zhongsheng reabriram assim que os preços do aço se recuperaram em meio à pressão de autoridades locais que consideram estas empresas como grandes empregadoras e pagadoras de impostos.

"As crianças de todo mundo vão crescer e na China gostamos de dizer que elas vão precisar comprar uma casa e um carro", disse Chen Xuewu, que fiscaliza a produção na Shanxi Zhongsheng. "Isso é uma garantia das necessidades básicas delas e isso também é uma garantia de que haverá demanda por aço."

Apenas em Shanxi, pelo menos 23 usinas siderúrgicas fecharam ou cortaram produção no ano passado, segundo dados do portal steelcn.cn. Muitas delas estão voltando a produzir agora.

Apesar de todos os fechamentos, Shanxi produziu 38,5 milhões de toneladas de aço em 2015, mais do que a produção inteira de aço do Brasil em 2015, que somou 33,2 milhões de toneladas.

Um relatório da Macquarie Research em abril mostra que as siderúrgicas chinesas estão mais otimistas que em vários anos, uma visão demonstrada por Chen.